

Omega Geração S.A.

**Relatório sobre a Revisão
de Informações Trimestrais -
ITR
Referente ao trimestre findo
em 31 de março de 2017**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR	3
Balanço patrimonial	5
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações do fluxo de caixa	10
Demonstrações do valor adicionado	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500, Fax 55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da
Omega Geração S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Omega Geração S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 8 de maio de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Orlando Octávio de Freitas Júnior
Contador CRC 1SP178871/O-4

Omega Geração S.A.
Balancos patrimoniais
em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/17	31/12/16	31/03/17	31/12/16
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.231	1.082	47.556	38.188
Clientes	6	-	-	48.679	47.492
IR e CS a recuperar		-	-	265	233
Tributos a recuperar	8	2.133	2.253	10.945	8.920
Dividendos a receber	7	173	173	1.336	1.336
Outros		4.579	4.359	10.504	5.804
Total do ativo circulante		8.116	7.867	119.285	101.973
Ativo não circulante					
Caixa restrito		-	-	25.517	25.120
Tributos a recuperar	8	-	-	1.340	4.237
Clientes	6	-	-	548	594
Ativo fiscal diferido	10	2.637	3.768	2.637	3.768
Outros		-	-	127	279
Total Realizável a Longo Prazo		2.637	3.768	30.169	33.998
Investimentos	11	301.563	289.709	35.374	33.164
Imobilizado	12	313	342	577.797	584.777
Intangível	13	344	399	19.352	19.695
		302.220	290.450	632.523	637.636
Total do ativo não circulante		304.857	294.218	662.692	671.634
Total do ativo		312.973	302.085	781.977	773.607

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Omega Geração S.A.
Balancos patrimoniais
em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de Reais)
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/17	31/12/16	31/03/17	31/12/16
Passivo circulante					
Fornecedores	14	104	175	29.470	27.478
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	32.537	34.352
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	-	1.660	1.306
Obrigações trabalhistas e tributárias	16	2.782	2.990	4.534	4.232
Outras obrigações		3.517	3.313	8.623	8.889
Provisões diversas	17	49	73	23.353	25.169
Total do passivo circulante		6.452	6.551	100.177	101.426
Passivo não circulante					
Fornecedores	14	-	-	12.137	11.937
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	277.068	281.955
Passivo fiscal diferido	18	-	-	9.083	8.542
Total do passivo não circulante		-	-	298.288	302.434
Total do passivo		6.452	6.551	398.465	403.860
Patrimônio líquido					
	19				
Capital social		265.296	265.296	265.296	265.296
Custo com captação de recursos		(2.354)	(2.354)	(2.354)	(2.354)
Reserva ágio		2.637	3.768	2.637	3.768
Reservas de capital		30.777	30.777	30.777	30.777
Lucros (Prejuízos) acumulados		10.165	(1.953)	10.165	(1.953)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		306.521	295.534	306.521	295.534
Participação dos não controladores		-	-	76.991	74.213
Total do patrimônio líquido		306.521	295.534	383.512	369.747
Total do passivo e patrimônio líquido		312.973	302.085	781.977	773.607

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Omega Geração S.A.
Demonstrações de resultados
do período de três meses findo em 31 de março de 2017 e 31 de março de 2016
(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação e número de ações)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/17	31/03/16	31/03/17	31/03/16
<i>Receita operacional líquida</i>	20	-	-	61.887	31.826
<i>Custos da operação e conservação</i>	21	-	-	(35.369)	(15.505)
Lucro bruto		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>26.518</u>	<u>16.321</u>
Receitas (despesas) operacionais					
<i>Administrativas, pessoal e gerais</i>	22	(801)	(357)	(2.438)	(2.320)
<i>Outras receitas (despesas) operacionais</i>		35	35	(121)	57
<i>Resultado de equivalência patrimonial</i>	11	12.871	3.523	2.237	1.499
Total das receitas (despesas) operacionais		<u>12.105</u>	<u>3.201</u>	<u>(322)</u>	<u>(764)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		12.105	3.201	26.196	15.557
<i>Receitas financeiras</i>	23	35	129	1.652	1.548
<i>Despesas financeiras</i>	23	(22)	(175)	(9.739)	(10.546)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		<u>13</u>	<u>(46)</u>	<u>(8.087)</u>	<u>(8.998)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		12.118	3.155	18.109	6.559
<i>IRPJ e CSLL</i>	24	-	-	(3.211)	(1.834)
Lucro líquido do exercício		<u>12.118</u>	<u>3.155</u>	<u>14.898</u>	<u>4.725</u>
<i>Participação dos controladores no resultado do exercício</i>		12.118	3.155	12.118	3.155
<i>Participação dos não controladores</i>		-	-	2.780	1.570
Lucro líquido do exercício		<u>12.118</u>	<u>3.155</u>	<u>14.898</u>	<u>4.725</u>
<i>Número de ações</i>				312.610.024	312.610.024
<i>Lucro líquido do exercício por ação - básico (R\$)</i>	25			<u>0,0476568</u>	<u>0,0151147</u>
<i>Número de ações</i>				322.581.979	322.581.979
<i>Lucro líquido do exercício por ação - diluído (R\$)</i>	25			<u>0,0461836</u>	<u>0,0146474</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Omega Geração S.A.
Demonstrações de resultados abrangentes
do período de três meses findo em 31 de março de 2017 e 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/17	31/03/16	31/03/17	31/03/16
<i>Lucro Líquido do período</i>	12.118	3.155	14.898	4.725
<i>Outros Resultados Abrangentes</i>	-	-	-	-
<i>Resultado Abrangente total</i>	12.118	3.155	14.898	4.725
<i>Participação dos controladores</i>	12.118	3.155	12.118	3.155
<i>Participação dos não controladores</i>	-	-	2.780	1.570

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Omega Geração S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
do período de três meses findo em 31 de março de 2017 e 31 de março de 2016
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Custo com captação de recursos	Ágio na subscrição de ações	Opções de ações outorgadas reconhecidas	Reserva de Ágio Instrução CVM 319	Saldo Reserva Cisão	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total geral
<i>Saldos em 01 de janeiro de 2016</i>	265.296	(2.354)	19.926	10.851	8.288	-	(11.684)	290.323	78.359	368.682
<i>Realização da reserva especial de ágio</i>	-	-	-	-	(1.131)	-	-	(1.131)	-	(1.131)
<i>Lucro líquido do período</i>	-	-	-	-	-	-	3.155	3.155	1.570	4.725
<i>Saldo em 31 de março de 2016</i>	<u>265.296</u>	<u>(2.354)</u>	<u>19.926</u>	<u>10.851</u>	<u>7.157</u>	<u>-</u>	<u>(8.529)</u>	<u>292.347</u>	<u>79.929</u>	<u>372.276</u>
<i>Saldos em 01 de janeiro de 2017</i>	265.296	(2.354)	19.926	10.851	3.768	-	(1.953)	295.534	74.213	369.747
<i>Realização da reserva especial de ágio</i>	-	-	-	-	(1.131)	-	-	(1.131)	-	(1.131)
<i>Lucro líquido do período</i>	-	-	-	-	-	-	12.118	12.118	2.780	14.898
<i>Saldos em 31 de março de 2017</i>	<u>265.296</u>	<u>(2.354)</u>	<u>19.926</u>	<u>10.851</u>	<u>2.637</u>	<u>-</u>	<u>10.165</u>	<u>306.521</u>	<u>76.993</u>	<u>383.514</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Omega Geração S.A
Demonstrações dos fluxos de caixa
do período de três meses findo em 31 de março de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/17	31/03/16	31/03/17	31/03/16
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido antes dos impostos	12.118	3.155	18.109	6.559
Ajustes:				
Depreciação e amortização	151	152	7.382	7.386
Resultado de equivalência patrimonial	(12.871)	(3.523)	(2.237)	(1.499)
Receita financeira de investimentos mantidos até o vencimento	-	-	(550)	(745)
Encargos financeiros	-	-	6.835	9.412
Atualização monetária de passivos	-	-	83	-
	<u>(602)</u>	<u>(216)</u>	<u>29.622</u>	<u>21.113</u>
(Aumento) redução nos ativos				
Clientes	-	-	(1.141)	1.608
Impostos e contribuições a recuperar	120	149	872	478
Dividendos recebidos	1.000	-	-	-
Outros créditos	(220)	310	(4.548)	(1.256)
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	(71)	(107)	2.192	(547)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(2.350)	(1.176)
Outras contas a pagar	(28)	(595)	(1.863)	(3.867)
Pagamento de juros	-	-	(5.729)	(8.064)
Caixa líquido gerado (usado) nas atividades operacionais	<u>199</u>	<u>(459)</u>	<u>17.055</u>	<u>8.289</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de ativo intangível	-	-	(32)	-
Aplicações financeiras	-	-	(2.341)	(4.806)
Resgate de aplicações financeiras	-	-	2.494	5.833
Aumento de capital social em controladas	(50)	-	-	-
Earn out Gargau	-	(867)	-	(867)
Caixa Líquido gerado (usado) nas atividades de investimento	<u>(50)</u>	<u>(867)</u>	<u>121</u>	<u>160</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-	-	(7.808)	(7.704)
Caixa Líquido usado pelas atividades de financiamento	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(7.808)</u>	<u>(7.704)</u>
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>149</u>	<u>(1.326)</u>	<u>9.368</u>	<u>745</u>
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa				
No início do período	1.082	2.312	38.188	27.430
No fim do período	1.231	986	47.556	28.175
	<u>149</u>	<u>(1.326)</u>	<u>9.368</u>	<u>745</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Omega Geração S.A.
Demonstrações do valor adicionado
do período findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/17	31/03/16	31/03/17	31/03/16
(=) 1. <i>Receitas</i>	39	-	66.884	31.826
<i>Vendas de Mercadorias Produtos e Serviços</i>	(+)	-	66.760	31.826
<i>Outras Receitas</i>	(+)	-	124	-
<i>Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa</i>	(-)	-	-	-
(=) 2. <i>Insumos adquiridos de 3o.</i>	(385)	(281)	(30.211)	(10.146)
<i>Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos</i>	(-)	-	(29.209)	(9.080)
<i>Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros</i>	(-)	(281)	(845)	(1.066)
<i>Perda/Recuperação de Valores Ativos</i>	(-)	-	(157)	-
<i>Outros</i>	(-)	-	-	-
3. = (1-2) <i>Valor adicionado bruto</i>	(346)	(281)	36.673	21.680
<i>Depreciação, Amortização e Exaustão</i>	(-)	(153)	(7.384)	(7.385)
5. = (3-4) <i>Valor adicionado líquido</i>	(497)	(434)	29.289	14.295
(=) 6. <i>Valor adicionado recebido em transferência</i>	12.907	3.691	3.846	3.086
<i>Resultado de Equivalência Patrimonial</i>	(+)	3.523	2.237	1.499
<i>Receitas Financeiras</i>	(+)	129	1.609	1.548
<i>Outros</i>	(+)	39	-	39
7. = (5+6) <i>Valor adicionado total</i>	12.410	3.257	33.135	17.381
(=) 8. <i>Distribuição do valor adicionado</i>	12.410	3.257	33.135	17.381
<i>Pessoal</i>	(+)	(265)	573	391
<i>Impostos, Taxas e Contribuições</i>	(+)	509	7.933	1.720
<i>Remuneração de Capitais de Terceiros</i>	(+)	48	9.731	10.545
<i>Remuneração de Capitais Próprios</i>	(+)	12.118	14.898	4.725

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Omega Geração S.A.

Notas explicativas às informações contábeis trimestrais

(valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Omega Geração S.A. (“Companhia” ou “Grupo” ou “Omega”) sediada em Belo Horizonte, foi constituída em 26 de setembro de 2007 na forma de sociedade limitada e, em 24 de janeiro de 2008, foi transformada em sociedade por ações de capital fechado, tendo como objetivo a participação no capital de outras sociedades na qualidade de acionista. A Companhia mantém na Comissão de Valores Imobiliários (“CVM”) o registro de emissor na categoria “A”.

As atividades do Grupo são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo” e individualmente como “entidades do Grupo”).

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto têm como atividade preponderante a geração e venda de energia elétrica por meio de suas Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”) e Usinas Eólicas.

O portfólio da Companhia é atualmente composto por três PCHs, quais sejam Indaia Grande, Indaiazinho e Pipoca, quatro usinas eólicas, quais sejam Gargaú, Porto Salgado, Porto das Barcas e Porto do Parnaíba, além da Omega Comercializadora de Energia.

2 Entidades do Grupo

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações da Companhia e de suas controladas, a seguir relacionadas:

Participações diretas	31/03/17	31/12/16
Delta dos Ventos Energia S.A.	100%	100%
Asteri Energia S.A.	50%	50%
Indaiá Grande Energia S.A.	100%	100%
Indaiazinho Energia S.A.	100%	100%
Omega Comercializadora de Energia Ltda.	100%	100%
Participações indiretas	31/03/17	31/12/16
Hidrelétrica Pipoca S.A. (*)	51%	51%
Gargaú Energética S.A.	100%	100%
Porto do Parnaíba Energia S.A.	100%	100%
Porto Salgado Energia S.A.	100%	100%
Porto das Barcas Energia S.A.	100%	100%

(*) Controle compartilhado

Delta dos Ventos Energia S.A. (“Delta”)

A Delta dos Ventos S.A, sociedade de capital fechado, constituída em 31 de agosto de 2011, tem como objetivo a assessoria, avaliação, intermediação, elaboração, desenvolvimento de estudos, projetos, pesquisas, planejamento, participações e negócios na área de energia renovável, controlando integralmente as sociedades Porto do Parnaíba Energia S.A., Porto das Barcas Energia S.A. e Porto Salgado Energia S.A., as quais detêm o direito de exploração dos parques eólicos Delta do Parnaíba, Porto das Barcas e Porto Salgado, respectivamente.

Porto do Parnaíba Energia S.A. (“PPE”), Porto das Barcas Energia S.A. (“PBE”) e Porto Salgado Energia S.A. (“PSE”).

São sociedades anônimas de capital fechado, constituídas em 31 de agosto de 2011, que detêm autorização para exploração de parques eólicos localizados no Estado do Piauí, com capacidade instalada total de 70 MW e com operações comerciais iniciadas em julho de 2014.

A Porto do Parnaíba S.A, por meio da portaria nº 225, de 13 de abril de 2012, recebeu a autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Delta do Parnaíba, constituída por quinze Unidades Geradoras de 2.000 kW, totalizando 30.000 kW de capacidade instalada, localizada no Município de Parnaíba, Estado do Piauí, com início da operação comercial em 2 de julho de 2014, quando a energia produzida pelas unidades geradoras passou a estar disponível ao sistema. O prazo de autorização para exploração é de 35 anos.

A Porto Salgado Energia S.A, por meio da portaria nº 203, de 5 de abril de 2012, recebeu a autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Porto Salgado, constituída por dez Unidades Geradoras de 2.000 kW, totalizando 20.000 kW de capacidade instalada, localizada no Município de Parnaíba, Estado do Piauí, com início da operação comercial em 10 de julho de 2014, quando a energia produzida pelas unidades geradoras passou a estar disponível ao sistema. O prazo de autorização para exploração é de 35 anos.

A Porto das Barcas Energia S.A, por meio da portaria nº 200, de 5 de abril de 2012, recebeu a autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Porto das Barcas, constituída por dez Unidades Geradoras de 2.000 kW, totalizando 20.000 kW de capacidade instalada, localizada no Município de Parnaíba, Estado do Piauí, com início da operação comercial em 2 de julho de 2014, quando a energia produzida pelas unidades geradoras passou a estar disponível ao sistema. O prazo de autorização para exploração é de 35 anos.

Asteri Energia S.A. (“Asteri”)

A Asteri Energia S.A., sociedade de capital fechado, foi constituída em 31 de agosto de 2011 e tem como objetivo a assessoria, avaliação, intermediação, elaboração, desenvolvimento de estudos, projetos, pesquisas, planejamento, participações e negócios na área de energia renovável. A Companhia detém o controle de Asteri por meio da totalidade das ações ordinárias de Asteri, o que compreende 50% da sua participação acionária total. A Asteri, por sua vez, detém 51% de participação na Hidrelétrica Pipoca S.A. e 100% de participação na Gargaú Energética S.A.

Hidrelétrica Pipoca S.A. (“Pipoca”).

A Hidrelétrica Pipoca S.A., sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de junho de 2004, cujo controle é compartilhado com a Cemig Geração e Transmissão S.A através da participação de 51% do capital social detido pela controlada Asteri Energia S.A. Pipoca obteve, por meio da Resolução Autorizativa nº 474, de 6 de março de 2006, a transferência da autorização objeto da Resolução nº 388, de 10 de setembro de 2001, anteriormente outorgada à HP2 do Brasil S.A., para implantar e explorar Pipoca até setembro de 2031. Em outubro de 2008, foram iniciadas as obras de implantação da Pequena Central Hidrelétrica Pipoca, localizada no Rio Manhuaçu, entre os Municípios de Ipanema e Caratinga. Pipoca iniciou sua operação de geração de energia em outubro de 2010 com capacidade instalada de 20 MW. O prazo de autorização para exploração é de 30 anos que, conforme Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013, poderão ser prorrogadas a título oneroso por 30 anos adicionais.

Gargaú Energética S.A. (“Gargaú”).

A Gargaú Energética S.A., sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 17 de outubro de 2007, cujo controle indireto é detido através da participação integral no seu capital social detido pela controlada Asteri Energia S.A.

A Gargaú obteve, por meio da Resolução Autorizativa 2.145, de 27 de outubro de 2009, a transferência da autorização objeto da Resolução nº 534, de 01 de outubro de 2002, anteriormente outorgada à SeaWest do Brasil Ltda., para implantar e explorar a usina eólica Gargaú, localizada em São Francisco de Itabapoana, no norte do Estado do Rio de Janeiro, com capacidade produtiva de 28,05 MW. O empreendimento entrou em operação comercial em 28 de outubro de 2010, tendo a energia contratada por meio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfá, sendo a Eletrobrás seu cliente exclusivo. O prazo de autorização para exploração é de 30 anos.

Indaiá Grande Energia S.A. (“Indaiá Grande”) e Indaiazinho Energia S.A. (“Indaiazinho”).

A Indaiá Grande Energia S.A. e a Indaiazinho Energia S.A. são sociedades anônimas de capital fechado, constituídas em 22 de agosto de 2008 e 24 de setembro de 2009, respectivamente. Por

meio das Resoluções Autorizativas nº 1.856 e 1.857, de 24 de março de 2009, respectivamente, as investidas possuem autorização emitidas pela ANEEL, com capacidade total instalada de 32,5 MW, sendo Indaiá Grande de 20 MW e Indaiazinho de 12,5 MW. Suas primeiras turbinas entraram em operação em abril de 2012 e o prazo de autorização para exploração é de 30 anos que, conforme Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013, poderão ser prorrogadas a título oneroso por 30 anos adicionais.

Omega Comercializadora de Energia Ltda. (“OMC”).

A Omega Comercializadora de Energia Ltda foi constituída em 25 de outubro de 2011, tendo como objetivo o comércio atacadista de energia elétrica.

3 Base de preparação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais -- ITR.

A emissão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 8 de maio de 2017.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Estas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 e devem ser lidas em conjunto com tais demonstrações. As informações de notas explicativas que não sofreram alterações significativas ou apresentavam divulgações irrelevantes em comparação a 31 de dezembro de 2016 não foram repetidas integralmente nestas informações contábeis intermediárias. Entretanto, informações selecionadas foram incluídas para explicar os principais eventos e transações ocorridas para possibilitar o entendimento das mudanças na posição financeira e desempenho das operações da Companhia desde a publicação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e não sofreram alterações relevantes na preparação destas informações intermediárias em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, sendo considerada como informação

suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

4 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações, aplicáveis às operações do Grupo, serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. O Grupo não adotou essas alterações na preparação destas informações contábeis intermediárias e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 foi aprovada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 4 de novembro de 2016 através do Pronunciamento CPC 48 - Instrumentos Financeiros, sendo efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A avaliação preliminar da Administração não indicou impactos materiais na aplicação dessa norma.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. A IFRS 15 foi aprovada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 4 de novembro de 2016 através do Pronunciamento CPC 47 - Receita de contrato com cliente, sendo efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A avaliação preliminar da Administração não indicou impactos materiais na aplicação dessa norma.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

Outras alterações

Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/17	31/12/16	31/03/17	31/03/16
Bancos	38	245	8.669	7.412
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.193	837	38.887	30.776
	<u>1.231</u>	<u>1.082</u>	<u>47.556</u>	<u>38.188</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas lastreadas em Debêntures, remunerados a taxas entre 85% e 100% do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) em 31 de março de 2017 (entre 70% e 100% do CDI em 31 de dezembro de 2016).

6 Clientes

	Consolidado	
	31/03/17	31/12/16
CCEAR	1.277	1.499
Proinfã	7.699	6.175
Contratos bilaterais/Curto prazo	40.251	40.412
	<u>49.227</u>	<u>48.086</u>
Circulante	48.679	47.492
Não Circulante	548	594

Não há saldos em atraso em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016. Não foi considerado necessário o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Os contratos de comercialização de energia no ambiente regulado (CCEAR) e no Proinfa prevêem mecanismos de ajuste financeiro para geração de energia a maior ou a menor do que o volume contratado.

Como consequência da aplicação do mecanismo previsto para os contratos de comercialização de energia no ambiente regulado (CCEAR), firmados entre as controladas PPE, PBE e PSE com 23 distribuidoras de energia, cujos valores serão liquidados financeiramente a partir de 2018, em 31 de março de 2017, a controlada PPE mantém saldo a receber no ativo de R\$548 (R\$594 em 31 de dezembro de 2016), enquanto as controladas PBE e PSE mantêm saldos passivos de R\$ 1.664 e R\$199, respectivamente (R\$1.623 e R\$169 em 31 de dezembro de 2016) respectivamente, conforme apresentado na nota nº 15.

Para a controlada Gargau, que vendeu sua energia por meio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), no ano de 2016 houve geração acima da energia contratada, resultando em um valor a receber em 12 parcelas ao longo do exercício de 2017 no montante de R\$2.612 em 31 de dezembro de 2016, já tendo recebido R\$747 até 31 de março de 2017. No período de três meses findo em 31 de março de 2017, houve excedente de R\$2.540, resultando em saldo a receber no ativo de R\$4.405 em 31 de março de 2017.

7 Partes relacionadas

A Companhia está sob controle comum compartilhado indireto do BJJ Fundo de Investimentos em Participações e da WP Fundo de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimentos em Participações, geridos pela Tarpon Investimentos S.A. e pela Warburg Pincus LLC respectivamente.

Transações com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/17	31/12/16	31/03/17	31/12/16
Balanco patrimonial				
Ativo Circulante				
Cientes (a)				
Porto do Delta Energia S.A.	-	-	1.115	1.115
Testa Branca III Energia S.A	-	-	426	426
Outros créditos (b)				
Hidrelétrica Pipoca S.A.	75	115	88	127
Sigma Energia S.A.	116	-	121	-
Indaiazinho Energia S.A.	57	-	-	-
Omega Comercializadora de Energia Ltda.	40	67	-	-
Indaia Grande Energia S.A.	89	-	-	-
Porto das Barcas Energia S.A.	17	907	-	-
Porto do Parnaíba Energia S.A.	19	47	-	-
Porto Salgado Energia S.A.	11	107	-	-
Gargaú Energética S.A.	145	-	-	-
Omega Desenvolvimento S.A.	804	662	827	669
Omega Energia e Implantação 1 S.A.	1.809	1.673	3.858	1.704
Testa Branca I Energia S.A	37	-	42	-
Testa Branca III Energia S.A	37	-	42	-
Eolica Porto das Barcas S.A.	82	-	91	-
Omega Energia e Implantação 2 S.A.	369	273	536	433
Omega Gestora de Recursos S.A	514	459	514	459
Porto do Delta Energia S.A.	(30)	-	(31)	-
Delta 4 Energia S.A.	40	-	42	-
Delta 3 I Energia S.A	37	-	39	-
Delta 3 II Energia S.A	37	-	39	-
Delta 3 III Energia S.A	37	-	39	-
Delta 3 IV Energia S.A	37	-	39	-
Delta 3 V Energia S.A	37	-	39	-
Delta 3 IV Energia S.A	37	-	39	-
Delta 3 VII Energia S.A	37	-	39	-
Delta 3 VIII Energia S.A	37	-	39	-
Dividendos a receber (c)				
Indaia Grande Energia S.A.	97	97	-	-
Indaiazinho Energia S.A.	76	76	-	-
Hidrelétrica Pipoca S.A.	-	-	1.336	1.336
Debêntures (d)				
Omega Energia e Implantação 1 S.A.	-	-	1.033	-
	<u>4.700</u>	<u>4.483</u>	<u>10.352</u>	<u>6.269</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/03/17	31/12/16	31/03/17	31/12/16
Balço patrimonial				
Passivo Circulante				
Fornecedores (a)				
Porto do Delta Energia S.A.	-	-	(1.842)	(299)
Hidrelétrica Pipoca S.A.	-	-	(74)	(74)
Testa Branca I Energia S.A	-	-	(1.061)	(620)
Testa Branca III Energia S.A	-	-	(1.096)	(146)
Outras obrigações (b)				
Porto das Barcas Energia S.A.	(74)	(74)	-	-
Porto do Parnaíba Energia S.A.	(141)	(141)	-	-
Zeta Energia S.A.	(239)	(239)	(239)	(239)
Omega Comercializadora de Energia Ltda.	(146)	(145)	-	-
Porto Salgado Energia S.A.	(94)	(94)	-	-
Omega Desenvolvimento S.A.	(146)	(101)	(188)	(130)
Omega Energia e Implantação 1 S.A.	(351)	(290)	(513)	(397)
Omega Energia e Implantação 2 S.A.	(2.326)	(2.230)	(2.889)	(2.773)
	<u>(3.517)</u>	<u>(3.314)</u>	<u>(7.902)</u>	<u>(4.678)</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/03/17	31/03/16	31/03/17	31/03/16
Resultado				
Reembolso de despesas (b)				
creditados (debitados) na rubrica despesas operacionais - Administrativas pessoal e gerais				
Omega Energia e Implantação 2 S.A.	-	470	(32)	470
Indaia Grande Energia S.A.	129	208	-	-
Indaiazinho Energia S.A.	80	112	-	-
Porto Salgado Energia S.A.	45	144	-	-
Porto das Barcas Energia S.A.	45	120	-	-
Porto do Parnaíba Energia S.A.	66	201	-	-
Gargaú Energética S.A.	177	169	-	-
Hidrelétrica Pipoca S.A.	120	185	125	185
Sigma Energia S.A.	117	-	121	-
Testa Branca I Energia S.A	36	-	41	-
Testa Branca III Energia S.A	36	-	41	-
Porto do Delta Energia S.A.	53	-	60	-
Omega Comercializadora de Energia Ltda.	51	(78)	-	-
Omega Energia e Implantação 1 S.A.	76	235	10	235
Omega Gestora de Recursos S.A	55	-	55	-
Omega Desenvolvimento S.A.	97	155	89	155
Delta 3 I Energia S.A	37	-	39	-
Delta 3 II Energia S.A	37	-	39	-
Delta 3 III Energia S.A	37	-	39	-
Delta 3 IV Energia S.A	37	-	39	-
Delta 3 V Energia S.A	37	-	39	-
Delta 3 VI Energia S.A	37	-	39	-
Delta 3 VII Energia S.A	37	-	39	-
Delta 3 VIII Energia S.A	37	-	39	-
Delta 4 Energia S.A.	40	-	42	-
	<u>1.519</u>	<u>1.921</u>	<u>864</u>	<u>1.045</u>

(a) Refere-se a operações de compra e venda de energia.

(b) Refere-se à alocação de custos de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, materiais de escritório e limpeza, entre outros).

(c) Dividendos deliberados por subsidiárias, controladas e controladas em conjunto.

(d) Refere-se a debêntures privadas com vencimento em fevereiro de 2018 e com remuneração pela taxa DI divulgada pela CETIP.

A Companhia garante obrigações estabelecidas em:

- i) Contratos financeiros firmados por suas controladas Indaiá Grande, Indaiazinho, Delta dos Ventos, Porto do Parnaíba, Porto Salgado, Porto das Barcas, Gargaú e Pipoca;
- ii) Contrato financeiro firmado por suas partes relacionadas Sigma Energia, Testa Branca I, Testa Branca III e Porto do Delta;

- iii) Fianças bancárias firmados por suas controladas Indaiá Grande, Indaiazinho, Porto Parnaíba, Porto Salgado e Porto das Barcas;
- iv) Fiança bancária firmada por suas partes relacionadas Sigma Energia, Testa Branca I, Testa Branca III e Porto do Delta; e
- v) Debentures referentes ao empréstimo ponte firmado por sua parte relacionada Omega Energia & Implantação 1.

Remuneração do pessoal chave da administração para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016

	31/03/17	31/03/16
Salário / Pró-Labore	282	260
Benefícios Diretos e Indiretos	10	60
Remuneração Variável	747	749
Total Remuneração	<u>1.039</u>	<u>1.069</u>

8 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/17	31/12/16	31/03/16	31/03/16
PIS/COFINS	-	-	4.147	4.687
CSLL	-	-	1.341	1.354
IRRF	2.133	2.253	4.386	4.548
ICMS	-	-	2.411	2.568
Outros	-	-	-	-
	<u>2.133</u>	<u>2.253</u>	<u>12.285</u>	<u>13.157</u>
Circulante	<u>2.133</u>	<u>2.253</u>	<u>10.945</u>	<u>8.920</u>
Não Circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.340</u>	<u>4.237</u>

A rubrica PIS/COFINS compreende basicamente os créditos originados de aquisições de máquinas e equipamentos quando da implantação do parque eólico de Gargaú, bem como das retenções em fonte pelo faturamento da venda de energia de Gargaú à Eletrobrás.

A rubrica IRRF na controladora é formada basicamente por valores retidos de resgates efetuados em aplicações financeiras com instituições financeiras e, no consolidado, incluem impostos retidos na fonte por órgãos públicos no faturamento de energia.

A rubrica ICMS refere-se a créditos sobre aquisição de ativo imobilizado na construção das usinas das controladas Indaiá Grande e Indaiazinho.

9 Caixa restrito

	Consolidado	
	31/03/17	31/12/16
Aplicações financeiras	25.517	25.120

O saldo refere-se à aplicações financeiras de instrumentos de renda fixa, contratadas em condições e taxas normais de mercado, como forma de garantia e vinculadas aos financiamentos do BNDES descritos na nota explicativa nº 15, remunerados entre 97,57% e 100,17% do CDI em 31 de março de 2017 (entre 98% e 100% do CDI em 31 de dezembro de 2016). Estas aplicações somente podem ser movimentadas mediante autorização expressa do BNDES.

10 Ativo fiscal diferido

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são provenientes do processo de incorporação reversa das anteriores investidoras Floriano SP Participações S.A, Jarny Participações Ltda e Hure Holdings S.A., ocorrido em 30 de novembro de 2012.

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2016	3.768	3.768
Amortização	(1.131)	(1.131)
Saldos em 31 de março de 2017	2.637	2.637

A amortização do ativo fiscal diferido é realizada, de acordo com a curva de rentabilidade futura, em 60 parcelas mensais, a ser finalizada em outubro de 2017.

11 Investimentos

Movimentação do investimento

	Delta dos						Total
	Asteri	Ventos	Indaia Grande	Indaiazinho	OMC	Gargaú	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	74.212	89.179	77.064	45.546	529	3.179	289.709
Aumento (redução) de Capital	-	50	-	-	-	-	50
Resultado de equivalência patrimonial	2.779	2.033	3.500	2.133	2.426	-	12.871
Dividendos	-	-	-	-	(1.000)	-	(1.000)
Amortizações	-	-	(15)	(3)	-	(49)	(67)
Saldos em 31 de março de 2017	76.991	91.262	80.549	47.676	1.955	3.130	301.563

Controladora

Conforme o ICPC 09, os direitos de exploração de autorização no montante de R\$17.981 em 31 de março de 2017 (R\$18.261 em 31 de dezembro de 2016) são classificados como investimentos na controladora e, no consolidado, como intangível.

Consolidado

	PIPOCA		
	Custo	Direito de exploração	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	31.598	1.566	33.164
Amortização do direito de exploração	-	(27)	(27)
Resultado da equivalência patrimonial	2.237	-	2.237
Saldos em 31 de março de 2017	<u>33.835</u>	<u>1.538</u>	<u>35.373</u>

Pipoca - Informações contábeis

<u>Balanco Patrimonial</u>	<u>31/03/17</u>	<u>31/12/16</u>	<u>DRE período findo em</u>	<u>31/03/17</u>	<u>31/03/16</u>
Total do ativo	120.703	118.030	Receita operacional líquida	6.941	6.034
Circulante	20.047	16.684	Custos da operação e conservação	(1.425)	(1.546)
Não circulante	100.656	101.346	Despesas operacionais	(186)	(233)
Realizável a Longo Prazo	3.577	3.493	Resultado financeiro líquido	(536)	(1.005)
Permanente	97.079	97.853	Despesa de Imposto de renda e CSLL	(408)	(311)
Total do passivo	120.703	118.030	Lucro líquido do trimestre	<u>4.386</u>	<u>2.939</u>
Circulante	10.950	11.110			
Não circulante	43.409	44.962			
Patrimônio líquido	66.344	61.958			

12 Imobilizado

Composição

	Controladora						Consolidado					
	31/03/17			31/12/16			31/03/17			31/12/16		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço												
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	514.727	(96.560)	418.167	514.728	(90.565)	424.163
Reservatório, barragens e adutoras	-	-	-	-	-	-	113.569	(11.145)	102.424	113.569	(10.550)	103.019
Edificações	-	-	-	-	-	-	50.063	(5.961)	44.102	50.064	(5.621)	44.443
Terrenos	-	-	-	-	-	-	12.412	-	12.412	12.411	-	12.411
Veículos	-	-	-	-	-	-	13	(9)	4	13	(9)	4
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	178	(86)	92	181	(80)	101
	-	-	-	-	-	-	690.962	(113.761)	577.201	690.966	(106.825)	584.141
Administração												
Máquinas e equipamentos	688	(508)	180	688	(488)	200	1.231	(818)	413	1.227	(784)	443
Móveis e utensílios	317	(190)	127	317	(182)	135	390	(225)	165	390	(216)	174
Veículos	-	-	-	-	-	-	34	(23)	11	34	(22)	12
Benfeitorias em bens de terceiros	426	(420)	6	426	(419)	7	426	(419)	7	426	(419)	7
	1.431	(1.118)	313	1.431	(1.089)	342	2.081	(1.485)	596	2.077	(1.441)	636
Total do imobilizado	1.431	(1.118)	313	1.431	(1.089)	342	693.043	(115.246)	577.797	693.043	(108.266)	584.777

Movimentação no exercício

	Controladora					Consolidado						
	Valor líquido	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Valor líquido	Valor líquido	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Valor líquido
	31/12/16					31/03/17	31/12/16					31/03/17
Imobilizado em serviço												
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	424.163	-	-	(5.998)	2	418.167
Reservatório, barragens e adutoras	-	-	-	-	-	-	103.019	-	-	(597)	2	102.424
Edificações	-	-	-	-	-	-	44.443	-	-	(338)	(3)	44.102
Terrenos	-	-	-	-	-	-	12.411	-	-	-	1	12.412
Veículos	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	4
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	101	-	-	(4)	(5)	92
	-	-	-	-	-	-	584.141	-	-	(6.937)	(3)	577.201
Administração												
Máquinas e equipamentos	200	-	-	(20)	-	180	443	-	-	(33)	3	413
Móveis e utensílios	135	-	-	(8)	-	127	174	-	-	(9)	-	165
Veículos	-	-	-	-	-	-	12	-	-	(1)	-	11
Benfeitorias em bens de terceiros	7	-	-	(1)	-	6	7	-	-	-	-	7
	342	-	-	(29)	-	313	636	-	-	(43)	3	596
Total do imobilizado	342	-	-	(29)	-	313	584.777	-	-	(6.980)	-	577.797

13 Intangível

Composição

	Controladora						Consolidado					
	31/03/17			31/12/16			31/03/17			31/12/16		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível												
Marcas e patentes	1	-	1	1	-	1	1	-	1	1	-	1
Licenças de software	1.179	(1.016)	163	1.179	(972)	207	1.291	(1.203)	88	1.291	(1.144)	147
ERP	964	(817)	147	964	(806)	158	1.762	(1.142)	620	1.762	(1.112)	650
Outros	66	(33)	33	66	(33)	33	138	(35)	103	106	(33)	73
Direitos de autorização e Carteira de clientes	-	-	-	-	-	-	23.033	(5.068)	17.965	23.033	(4.788)	18.245
Sistema de Transmissão	-	-	-	-	-	-	624	(49)	575	624	(45)	579
	2.210	(1.866)	344	2.210	(1.811)	399	26.849	(7.497)	19.352	26.817	(7.122)	19.695

Movimentação do exercício

	Controladora					Consolidado						
	Valor líquido					Valor líquido					Valor líquido	
	31/12/16	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	31/03/17	31/12/16	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	31/03/17
Intangível												
Marcas e patentes	1	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	1
Licenças de software	207	-	-	(44)	-	163	147	-	-	(59)	-	88
ERP	158	-	-	(11)	-	147	650	-	-	(30)	-	620
Outros	33	-	-	-	-	33	73	32	-	(2)	-	103
Direitos de autorização e Carteira de clientes	-	-	-	-	-	-	18.245	-	-	(280)	-	17.965
Sistema de Transmissão	-	-	-	-	-	-	579	-	-	(4)	-	575
	399	-	-	(55)	-	344	19.695	32	-	(375)	-	19.352

14 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/17	31/12/16	31/03/17	31/12/16
Fornecedores de equipamentos	-	-	20.455	20.290
CCEAR Déficit	-	-	1.910	1.792
Compra de energia	-	-	14.490	10.760
Outros	104	175	4.752	6.573
	<u>104</u>	<u>175</u>	<u>41.607</u>	<u>39.415</u>
Circulante	104	175	29.470	27.478
Não Circulante	-	-	12.137	11.937

Parte do saldo do circulante e do não circulante em 31 de março de 2017, no valor de R\$10.227 com vencimento em agosto de 2017 e de R\$10.227 com vencimento em agosto de 2019, respectivamente (em 31 de dezembro de 2015, R\$10.146 com vencimento em agosto de 2017 e de R\$10.144 com vencimento em agosto de 2019, respectivamente), é devido pelas controladas Porto do Parnaíba, Porto Salgado e Porto das Barcas (Complexo Delta) ao fornecedor Gamesa, relacionado aos aerogeradores e construção dos parques eólicos, com atualização pela variação do IPCA.

O saldo apresentado na rubrica CCEAR - Déficit, integralmente registrado no passivo não circulante, refere-se a ajustes de geração nos respectivos contratos, a serem liquidados financeiramente a partir de 2018.

15 Empréstimos e financiamentos

	Consolidado	
	31/03/17	31/12/16
Empréstimo - BNDES	312.280	319.122
Custo de captação	(2.675)	(2.815)
	<u>309.605</u>	<u>316.307</u>
Circulante	32.537	34.352
Não Circulante	277.068	281.955

Movimentação no exercício - Consolidado

	Principal	Encargos	Custo	
			Transação	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	317.922	1.200	(2.815)	316.307
Amortização BNDES	(7.808)	-	-	(7.808)
Amortização - Custo Transação BNDES	-	-	141	141
Encargos financeiros pagos	-	(5.729)	-	(5.729)
Encargos financeiros provisionados	-	6.694	-	6.694
Capitalização de Juros	991	(991)	-	-
Saldo em 31 de março de 2017	<u>311.105</u>	<u>1.174</u>	<u>(2.674)</u>	<u>309.605</u>

Refere-se aos financiamentos obtidos junto ao BNDES pelas controladas Indaiá Grande, Indaiazinho, Gargau, PBE, PPE e PSE, conforme quadro a seguir:

Controlada	Instituição financeira	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Período de pagamento		Forma de pagamento	Finalidade	Custo da dívida (a.a.)	Garantias	Saldo da dívida	
					Início	Fim					31/03/17	31/12/16
Indaíá Grande	BNDES	72.523	junho de 2012	71.972	janeiro de 2013	junho de 2023	mensal	Financiamento da Usina	TJLP + 2,71%	Fiança Bancária para completion financeiro e Conta reserva do serviço da dívida	47.360	49.196
Indaiazinho	BNDES	50.997	junho de 2012	50.547	janeiro de 2013	junho de 2023	mensal	Financiamento da Usina	TJLP + 2,51%	Fiança Bancária para completion financeiro e Conta reserva do serviço da dívida	33.232	34.520
Gargaú	BNDES	79.513	outubro de 2010	69.881	junho de 2011	maio de 2027	mensal	Financiamento da Usina	Subcrédito A TJLP + 2,34% a.a.	N/A	46.101	47.256
Porto das Barcas	BNDES	62.280	dezembro de 2013	60.228	novembro de 2014	outubro de 2030	mensal	Financiamento da Usina	TJLP + 2,18%	Fiança Bancária para completion financeiro e Conta reserva do serviço da dívida	54.855	55.171
Porto do Parnaíba	BNDES	91.287	dezembro de 2013	90.699	novembro de 2014	outubro de 2030	mensal	Financiamento da Usina	TJLP + 2,18%	Fiança Bancária para completion financeiro e Conta reserva do serviço da dívida	81.742	83.148
Porto Salgado	BNDES	54.615	dezembro de 2013	54.411	novembro de 2014	outubro de 2030	mensal	Financiamento da Usina	TJLP + 2,18%	Fiança Bancária para completion financeiro e Conta reserva do serviço da dívida	48.989	49.831
											312.279	319.122

15.1 Cronograma de pagamento

Ano	Amortização da Dívida	Fluxo de Caixa Contratual
2017	23.612	41.916
2018	31.384	53.743
2019	31.384	51.005
2020 a 2022	93.170	136.920
2023 a 2025	60.518	84.744
2026 a 2028	47.166	58.614
2029 a 2030	25.046	26.965
	<u>312.280</u>	<u>453.907</u>

O fluxo de caixa contratual trata-se da projeção da dívida considerando os juros estimados, considerando projeções da TJLP.

15.2 Garantias

As garantias dos financiamentos são as usuais para um *Project Finance*, incluindo: Contas Reservas (conforme descrito na nota explicativa nº 9), cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização, alienação das máquinas e equipamentos apresentados na nota de imobilizado, alienação das ações da Companhia e quando aplicável, cartas de fiança bancária.

15.3 Covenants Financeiros

As controladas Gargaú, Indaiá Grande, Indaiazinho, PPE, PBE e PSE estão sujeitas a índices de restrição de endividamento (*covenants*), notadamente o Índice de Capital Próprio (ICP) e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), verificados anualmente relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Todos esses índices foram atendidos no último exercício social.

Com a finalidade de eliminar a contratação de fianças bancárias como parte das garantias requeridas pelos contratos de financiamento, as controladas Indaiá Grande, Indaiazinho, PPE, PBE e PSE apresentaram pleito ao BNDES no qual, uma das condições exigidas, é o atendimento dos limites definidos contratualmente para o ICP e ICSD nos últimos doze meses à data-base do pleito, qual seja 30 de junho de 2016, o qual permanece em análise pelo BNDES. Apresentamos a seguir os índices para o exercício de 2017 projetados em 31 de março de 2017.

Controlada	ICP		ICSD	
	Exigido	Obtido	Exigido	Obtido
IDG	≥ 25%	≥ 58%	≥ 1,30	≥ 1,8
IDZ	≥ 25%	≥ 55%	≥ 1,30	≥ 1,78
PSE	n.a.	n.a.	≥ 1,30	≥ 1,7
PPE	n.a.	n.a.	≥ 1,30	≥ 1,61
PBE	n.a.	n.a.	≥ 1,30	≥ 1,6
Gargaú	n.a.	n.a.	≥ 1,30	≥ 3,15

15.4 Cartas de fiança bancária

As controladas da Companhia mantêm em conjunto R\$329.735 (R\$329.113 em 31 de dezembro de 2016) de fianças, com vencimentos entre junho de 2017 e novembro de 2018, com o objetivo de garantia de financiamentos junto ao BNDES.

16 Obrigações trabalhistas e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/03/17	31/12/16	31/03/16	31/03/16
Salários e ordenados	401	317	454	384
Provisões trabalhistas	2.306	2.605	2.965	2.968
Impostos a pagar	68	63	1.006	772
Tributos retidos sobre terceiros	7	5	109	108
	<u>2.782</u>	<u>2.990</u>	<u>4.534</u>	<u>4.232</u>

17 Provisões diversas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/17	31/12/16	31/03/17	31/12/16
OMC	-	-	13.248	15.079
Provisão - valor retido de fornecedor	-	-	8.771	8.771
Outras	48	73	1.334	1.319
	<u>48</u>	<u>73</u>	<u>23.353</u>	<u>25.169</u>

- A rubrica OMC, referente a controlada Omega Comercializadora, corresponde à compras de energia não faturadas pelos fornecedores até a data do balanço.
- A rubrica Provisão - valor retido de fornecedor corresponde ao montante líquido provisionado nas controladas Indaiá Grande e Indaiazinho, no âmbito do mencionado na nota explicativa nº 30.
- A rubrica Provisão GSF, como consequência da crise hídrica vivenciada no Brasil desde 2014, as usinas participantes do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) sofreram, notadamente no ano de 2015, com o baixo percentual de GSF (Generation Scalator Factor) que, naquele ano, reduziu a energia disponível para venda em aproximadamente 20% para essas usinas.

As controladas Indaiá Grande e Indaiazinho ingressaram com ação judicial questionando o alto valor da GSF, pleiteando a limitação da mesma a 5%. Em agosto de 2015, foi emitida decisão judicial liminar determinando que a ANEEL e a CCEE, até o julgamento da ação anteriormente descrita, procedam com a limitação do Fator GSF a 5% para as requerentes.

O montante relativo ao GSF não aplicado originado integralmente no ano de 2015, enquanto as Companhias eram participante do MRE, com amparo na mencionada liminar, foi provisionado e alcançou o montante de R\$2.568.

Em 15 de julho de 2016, houve a queda da liminar referente ao GSF, o que resultou na necessidade do pagamento dos valores suspensos no montante provisionado. Esses valores foram considerados pela CCEE apenas no cálculo da contabilização de junho de 2016, com pagamento em 8 de agosto de 2016. A liminar foi reestabelecida em 10 de agosto de 2016, e os valores pagos ainda não foram devolvidos pela CCEE.

18 Passivo fiscal diferido

	Consolidado	
<u>Saldo no Balanço Patrimonial</u>	<u>31/03/17</u>	<u>31/12/16</u>
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL (a)	10.117	9.951
Base Depreciação incentivada (b)	(19.200)	(18.493)
Passivo Fiscal diferido, líquido	<u>(9.083)</u>	<u>(8.542)</u>

	Consolidado	
<u>Movimentação no período</u>	<u>31/03/17</u>	<u>31/03/16</u>
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa (a)	166	108
Base Depreciação incentivada (b)	(707)	(709)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(541)</u>	<u>(601)</u>

(a) Ativo fiscal diferido registrado na controlada Gargaú decorrente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, suportado pela estimativa de lucros tributáveis futuros baseados no plano de negócios aprovado pela Diretoria.

(b) Passivo fiscal diferido na controlada Gargaú constituído pela diferença entre os valores de depreciação dos bens do ativo imobilizado apurados pelas taxas de depreciação definidas pela Aneel e as taxas de depreciação aceitas pela Receita Federal do Brasil - RFB, para fins de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. O montante da diferença a maior apurado pelas taxas anuais de depreciação fixadas pela RFB é excluído do lucro líquido para a apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL correntes.

Em 31 de março de 2017 a Companhia e as controladoras Delta dos Ventos e Asteri apresentavam saldos acumulados de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social em valores iguais de R\$101.920, R\$225 e R\$2.145, respectivamente (R\$97.944, R\$223 e R\$1.922,

respectivamente, em 31 de dezembro de 2016), para os quais não houve constituição de tributos diferidos ativos em face de sua expectativa de realização não ser considerada provável.

19 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é de R\$265.296, representados por 312.610.024 ações ordinárias.

Acionistas		31/03/17		31/12/16	
		Ações ON (mil)	%	Ações ON (mil)	%
BJJ Income Fundo de Investimento em Participações	- Tarpon	192.032	61,43%	192.032	61,43%
WP Income Fundo de Investimento em Participações	- Warburg Pincus	117.749	37,67%	117.749	37,67%
Administradores	- Diretoria	2.829	0,90%	2.829	0,90%
		<u>312.610</u>	<u>100%</u>	<u>312.610</u>	<u>100%</u>

Distribuição dos lucros

O lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado: (i) 5% para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei; e (ii) do saldo do lucro líquido restante e, conforme proposto pelo Conselho de Administração, uma parcela do lucro líquido poderá ser destinada à constituição de provisão para contingências e potenciais perdas de quaisquer reservas sujeitas às leis e as regulamentações aplicáveis.

A cada exercício social, os acionistas terão direito a uma distribuição do dividendo obrigatório de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do ano.

A distribuição de dividendos não será obrigatória no exercício social em que o Conselho de Administração informar à Assembleia Geral Ordinária que o pagamento de tal dividendo é incompatível com a condição financeira da Companhia.

Relativamente à controlada Asteri, conforme previsto em seu Acordo de Acionistas, possui dividendos prioritários. Esses dividendos são distribuídos aos acionistas preferenciais, no mínimo anualmente. Para que esses dividendos sejam distribuídos é necessário que Asteri apresente, no final do exercício, saldo de caixa e equivalente de caixa superior ao seu passivo circulante e orçamento para investimentos, respeitando um valor máximo anual de R\$ 7,75 por ação mais a variação do IPCA, mesmo que não tenha apurado lucro e, nesses casos, a distribuição é realizada por meio da reserva de capital. Após a definição dos dividendos prioritários, é avaliada a distribuição do dividendo mínimo obrigatório, de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro, ajustado a forma legal, caso os montantes distribuídos como dividendos prioritários ultrapasse 25% do lucro, não há obrigatoriedade na distribuição do mínimo. Caso o montante fique abaixo de 25% do lucro, é realizado um complemento a distribuição. Os respectivos valores ficarão a disposição dos acionistas a partir de 30 dias após a Assembleia Geral que deliberar sobre a matéria e, caso não reclamados no prazo máximo de 3 anos serão revertidos para a Asteri.

Reserva de custo com captação de recursos

Constituída pelo custo de transação incorrido na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais da Companhia, no montante R\$2.354.

Reserva de Ágio - Instrução CVM 319

Proveniente do processo de incorporação reversa das anteriores investidoras Floriano SP Participações S.A, Jarny Participações Ltda. E Hure Holding S.A., ocorrido em 30 novembro de 2012, conforme descrito na nota explicativa nº 11. A Companhia não utilizou o benefício fiscal no período de três meses findo em 31 de março de 2016 e 2017, pois apurou prejuízo fiscal em ambos períodos. Por isso, não foi possível capitalizar essa reserva.

Ágio na subscrição de ações

Reserva referente ao ágio apurado na aquisição de participações societárias.

Opções e ações outorgadas reconhecidas

Constituição de reserva no âmbito do plano de opções de compra de ações da Companhia, conforme descrito na nota explicativa nº 28.

20 Receita operacional líquida

	Consolidado			
	31/03/17		31/03/16	
	R\$	MWh	R\$	MWh
Total Vendas	66.760	353.930	33.933	195.163
Vendas Proinfra	9.436	21.126	7.323	18.403
CCEAR	502	4.106	8.379	71.668
Vendas Mercado Livre	54.256	328.698	17.410	105.092
CCEE	2.566		821	
Impostos	(4.873)		(2.107)	
	61.887		31.826	

21 Custos da operação e conservação

	Consolidado	
	31/03/17	31/03/16
Compra Energia	(26.342)	(5.054)
Depreciação usina	(6.940)	(6.940)
O&M	(2.268)	(3.856)
Pis e Cofins a compensar	2.403	589
Outros	(2.222)	(242)
	<u>(35.369)</u>	<u>(15.503)</u>

A rubrica Compra Energia refere-se a energia adquirida de terceiros e de partes relacionadas, sendo 168 GWh no período de três meses findo em 31 de março de 2017 e 22 GWh no período de três meses findo em 31 de março de 2016.

Relativamente apenas à OMC, houve a aquisição de energia de terceiros e de partes relacionadas no mesmo período de 2016, no montante de 171 GWh (33 GWh em 2016), para atendimento aos seus contratos de venda.

22 Despesas administrativas, pessoal e gerais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/17	31/03/16	31/03/17	31/03/16
Despesas de Pessoal, Geral e Administrativas	(352)	(166)	(1.269)	(1.346)
Depreciação e Amortização	(151)	(153)	(444)	(445)
Outras	(299)	(38)	(725)	(529)
	<u>(802)</u>	<u>(357)</u>	<u>(2.438)</u>	<u>(2.320)</u>

A rubrica Despesas de Pessoal, Geral e Administrativas no consolidado em 31 de março de 2017 está apresentada líquida de valores reembolsáveis de partes relacionadas, no montante de R\$1.519 e R\$864 nas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, respectivamente (R\$1.921 e R\$1.045 em 31 de março de 2016 nas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, respectivamente).

23 Receitas (despesas) financeiras líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/17	31/12/16	31/03/16	31/03/16
<u>Receitas Financeiras</u>				
Juros s/ aplicações financeiras	15	64	1.526	1.434
Outras receitas	22	71	169	157
Pis e Cofins sobre receita financeira	(2)	(6)	(43)	(43)
	<u>35</u>	<u>129</u>	<u>1.652</u>	<u>1.548</u>
<u>Despesas Financeiras</u>				
Juros s/ empréstimos	-	-	(6.695)	(8.117)
IOF	(1)	-	(30)	-
Comissão sobre Fiança	-	-	(2.488)	(1.461)
Assessoria financeira	-	-	(140)	(159)
Outras despesas	(21)	(175)	(386)	(809)
	<u>(22)</u>	<u>(175)</u>	<u>(9.739)</u>	<u>(10.546)</u>
	<u>13</u>	<u>(46)</u>	<u>(8.087)</u>	<u>(8.998)</u>

24 Imposto de renda e contribuição social

Conciliação da alíquota efetiva:

	31/03/17	31/03/17
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	18.109	6.561
Alíquota corrente	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição apurados pela alíquota corrente	(6.157)	(2.230)
Adições de natureza permanente - despesas indedutíveis	(1)	-
Exclusão de natureza permanente - ágio amortizado	709	709
Equivalência patrimonial	761	510
Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido	2.519	(217)
Tributos diferidos não reconhecidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de	(1.598)	(1.493)
Outros	556	887
	<u>(3.211)</u>	<u>(1.834)</u>
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	<u>17,7%</u>	<u>28,0%</u>

25 Resultado por ação

A tabela a seguir apresenta o lucro/(prejuízo) por ação básico e diluído por ação para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016.

	Controladora / Consolidado	
	31/03/17	31/03/16
Numerador		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	12.118	3.154
Denominador		
Média ponderada do número de ação - milhares	312.610	312.610
Lucro (prejuízo) por ação básico (Reais)	<u>0,0387665</u>	<u>0,0100924</u>
Numerador		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	12.118	3.154
Denominador		
Média ponderada do número de ação, ajustada pelas opções de ações - milhares	322.582	322.582
Lucro (prejuízo) por ação diluído (Reais)	<u>0,0375681</u>	<u>0,0097804</u>

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de emissão destas demonstrações financeiras intermediárias. Para cálculo do denominador utilizado para fins de cálculo do lucro por ação diluído, a Companhia utilizou o plano de opções de compra de ações no total de ações de 9.972 mil em 31 de março de 2017 e 2016.

26 Cobertura de seguros

O Grupo Omega mantém seguros com as coberturas contratadas consideradas suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. Os principais seguros vigentes em 31 de dezembro de 2016 para a Companhia e suas controladas referentes aos riscos de responsabilidade civil e operacional são:

- Omega Geração S.A. - A cobertura é de R\$ 19 milhões, vigente durante o período de 18/09/2016 até 18/09/2017 e o prêmio anual é de R\$ 21 mil.
- Omega Geração S.A. - A cobertura é de R\$ 3 milhões, vigente durante o período de 22/06/2016 até 22/06/2017 e o prêmio anual é de R\$ 1 mil.
- Indaiá Grande S.A. - A cobertura é de R\$ 174 milhões, vigente durante o período de 28/10/2016 até 28/10/2017 e o prêmio anual é de R\$ 88 mil.
- Indaiázinho S.A. - A cobertura é de R\$ 109 milhões, vigente durante o período de 28/10/2016 até 28/10/2017 e o prêmio anual é de R\$ 64 mil.
- Gargaú Energética S.A. - A cobertura é de R\$ 198 milhões, vigente durante o período 28/10/2016 até 28/10/2017 e o prêmio anual é de R\$ 114 mil.

- Porto das Barcas Energia S.A. - A cobertura é de R\$104 milhões, vigente durante o período 28/10/2016 até 28/10/2017 e o prêmio anual é de R\$ 59 mil.
- Porto do Parnaíba Energia S.A. - A cobertura é de R\$ 150 milhões, vigente durante o período 28/10/2016 até 28/10/2017 e o prêmio anual é de R\$ 89 mil.
- Porto Salgado Energia S.A. - A cobertura é de R\$ 105 milhões, vigente durante o período 28/10/2016 até 28/10/2017 e o prêmio anual é de R\$ 59 mil.

27 Instrumentos financeiros

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de mercado (taxa de juros);
- Risco de liquidez.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela Administração, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e subsidiárias. A Companhia e subsidiárias, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações.

Risco de crédito

O risco surge da possibilidade do Grupo vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Administração com base nos riscos de mercado e operacionais.

O Grupo detinha Caixa e equivalentes de caixa e Caixa restrito mantidos com bancos e instituições financeiras, os quais possuem *ratings*, classificados pelas mais renomadas agências internacionais, entre alta qualidade e mais alta qualidade.

O Grupo detém contas a receber com clientes, os quais são liquidados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito no final do período de relatório é apresentada a seguir:

	Nota	Consolidado	
		31/03/17	31/03/16
Caixas e equivalentes	6	47.556	38.188
Clientes	7	49.227	48.086
Caixa restrito	10	25.517	25.120
		<u>122.300</u>	<u>111.394</u>

Risco de mercado (taxa de juros)

Este risco é oriundo da possibilidade do Grupo vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. O Grupo possui financiamento de longo prazo a índices atrelados à TJLP.

O risco de mercado referente à juros está apresentado em quadro no tópico “Análise de sensibilidade dos passivos financeiros”.

Análise da sensibilidade dos passivos financeiros

Os principais riscos de taxa de juros atrelados às operações do Grupo estão ligados à variação da TJLP, indexador dos financiamentos junto ao BNDES.

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia e subsidiárias estão expostas, na data de 31 de março de 2017, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP para financiamentos junto ao BNDES, foi definido o cenário provável para os próximos doze meses a partir de 31 de março de 2017, com taxa de 7,5% e, a partir deste, calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para os próximos doze meses. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de março de 2017, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

	Consolidado				
	Exposição em 31/03/2017	Risco	Cenário provável	Elevação de índice em 25%	Elevação de índice em 50%
Financiamento mediante repasse de recursos do BNDES - IDG	47.361	variação da TJLP	4.689	5.540	6.391
Financiamento mediante repasse de recursos do BNDES - IDZ	33.232	variação da TJLP	3.219	3.815	4.411
Financiamento mediante repasse de recursos do BNDES - GARGAÚ	46.101	variação da TJLP	4.381	5.207	6.033
Financiamento mediante repasse de recursos do BNDES - BARCAS	54.855	variação da TJLP	5.119	6.100	7.081
Financiamento mediante repasse de recursos do BNDES - SALGADO	48.989	variação da TJLP	4.572	5.448	6.324
Financiamento mediante repasse de recursos do BNDES - PARNAIBA	81.742	variação da TJLP	7.629	9.090	10.552
Total	312.280		29.609	35.200	40.792

Risco de liquidez

Este risco é oriundo da possibilidade do Grupo vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo. O principal passivo financeiro contratado são os financiamentos com o BNDES e seus vencimentos contratuais demonstrados na nota explicativa nº 16.

O Grupo administra seus riscos de negócio em dois níveis básicos, estratégico e operacional, o que permite identificar claramente os riscos, priorizar as ações mitigatórias e otimizar os recursos necessários, adicionando, portanto, valor aos seus processos por meio de comitê de risco e comitê de planejamento.

O Grupo busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos altamente negociáveis a um montante em excesso as saídas de caixa sobre passivos financeiros (outros que contas a pagar com fornecedores) para os próximos 30 dias.

O Grupo monitora também o nível esperado de entradas por fluxos de caixa sobre contas a receber de clientes e outros recebíveis, junto com as saídas esperadas por contas a pagar com fornecedores e outras contas a pagar.

O Grupo pode utilizar instrumento de debêntures não conversíveis em ações por meio de sua controladora, com o intuito de suprir riscos de liquidez de suas controladas, ou AFAC (Antecipação para Futuro Aumento de Capital) como instrumento de aporte de capital e cobertura de riscos de liquidez. No período de três findo em 31 de março de 2017 e no exercício de 2016 a Companhia não realizou essa operação.

Relativamente ao risco de aceleração de dívida, o Grupo tem contratos de financiamentos com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas tem sido atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, conforme divulgado na nota explicativa nº 16.3.

Classificação dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela com o valor contábil dos instrumentos financeiros do Grupo, apresentados nas informações contábeis intermediárias consolidadas:

	Valor Contábil		Categoria
	31/03/17	31/12/16	
Caixas e equivalentes	47.556	38.188	A
Caixa restrito	25.517	25.120	B
Clientes	49.227	48.086	C
Financiamentos	309.605	316.307	D
Fornecedores	41.607	39.415	D

A - Mensurados ao valor justo por meio do resultado

B - Mantidos até o vencimento

C - Empréstimos e recebíveis

D - Outros passivos financeiros ao custo amortizado.

A Administração avaliou o valor justo dos instrumentos financeiros acima e não os divulgou, pois os seus valores contábeis são razoavelmente próximos.

Hierarquia de valor justo

A Companhia e subsidiárias detém instrumentos financeiros qualificados no nível 1, correspondentes no consolidado a Depósitos bancários no montante de R\$8.669 em 31 de março de 2017 (R\$7.412 em 31 de dezembro de 2016) e instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondente no consolidado a Aplicações financeiras de liquidez imediata no valor de R\$38.887 em 31 de março de 2017 (R\$30.776 em 31 de dezembro de 2016).

28 Pagamento baseado em ações

Os acionistas da Companhia aprovaram um plano de opções de compra de ações da Companhia em 1º de junho 2010. O plano tem por objetivo permitir que os membros da diretoria, empregados que exercem função de gerência e demais empregados, mediante determinação do Conselho de Administração, recebam opções. Cada opção outorgada permite ao participante o direito de subscrever uma ação da Companhia. A seguir apresentamos o total de ações outorgadas e que ainda não foram exercidas:

Programa	Outorgado	Strike (R\$/ação)	Outorga	Vesting
Programa 2	1.271.425	1,6	2010	2012
Programa 2	1.271.424	1,6	2010	2013
Programa 2	1.271.424	1,6	2010	2013
Programa 2	1.271.424	1,6	2010	2014
Programa 3	282.539	1,6	2011	2013
Programa 3	1.196.997	1,6	2012	2014
Programa 3	2.022.080	1,6	2013	2015
Programa 3	1.384.642	1,6	2013	2015
	<u>9.971.955</u>			

O valor de mercado da ação foi mensurado pelo valor justo com base na fórmula de *Black-Scholes* considerando as últimas transações de mercado próximas à data da outorga.

O exercício das opções, ainda não ocorrido e o objeto do plano, está sujeito ao preenchimento de determinados requisitos por parte do beneficiário da opção na respectiva data do exercício da opção, o que inclui a exigência de manutenção do vínculo de trabalho do beneficiário com a Companhia. Como não houve novas outorgas de opções desde então, nenhuma despesa foi reconhecida no resultado do período de três meses findo em 31 de março de 2017 e no exercício de 2016.

29 Compromissos

Os empreendimentos tem como obrigação a geração de energia para honrar os contratos de curto e longo prazo. Para isso, incorre em custos pelos acessos ao sistema de distribuição e de transmissão, além dos contratos de conexão, cujas tarifas são homologadas pela ANEEL.

A controlada Omega Comercializadora mantém contratos de compra de energia, com vigência até o ano de 2022, nos montantes médios anuais de 25,75 MWm em 2017 e 5,25 MW entre 2018 e 2022.

Arrendamentos mercantis operacionais

O Grupo participa de transações de arrendamento mercantis operacionais relacionado ao uso de terreno onde estão instalados seus parques eólicos. Os arrendamentos de terrenos foram firmados há longa data e o Grupo determinou que o arrendamento é operacional. Esses arrendamentos foram firmados por período equivalente ao período da autorização de cada parque eólico, com opção de renovação do arrendamento após este período. O aluguel pago mensalmente ao arrendador é determinado inicialmente em valor fixo e, quando iniciada a operação comercial é baseado em percentagem da receita mensal auferida em cada parque, e o Grupo não participa no valor residual dos bens arrendados. Conseqüentemente, foi determinado que basicamente todos os riscos e benefícios dos ativos são do arrendador.

No período de três meses findo em 31 de março de 2017 o montante de R\$364 (R\$301 no período de três meses findo em 31 de março de 2016) foi reconhecido no resultado na rubrica de custo de operação e manutenção.

Os pagamentos futuros projetados de arrendamentos de terrenos são apresentados a seguir:

	Consolidado 31/03/17
Até 31/12/2017	1.643
Entre 2018 e 2021	6.035
Após 2021	31.391
	<u>39.069</u>

30 Passivos judiciais

Está em curso uma arbitragem sigilosa em que as controladas Indaiá Grande Energia S.A. e Indaiázinho Energia S.A. são parte contra um fornecedor. A discussão refere-se à confirmação de multas por elas aplicadas ao fornecedor, no montante estimado atualizado de R\$18.065 em virtude de atrasos em fornecimentos que lhes geraram prejuízos. Por outro lado, o fornecedor pleiteia o montante estimado atualizado de R\$37.237, relativo a fornecimentos realizados no âmbito do contrato, cujos pagamentos estão retidos durante o curso da arbitragem, acrescido de valores relativos a supostos fornecimentos adicionais não integrantes dos contratos e não reconhecido pelas controladas. A administração da Companhia classifica a chance de êxito do seu pleito como possível, não havendo qualquer reconhecimento de ativo no balanço patrimonial e, para o pleito do fornecedor, avalia a chance de perda como remota o valor de R\$20.897 e como possível R\$16.340.

31 Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais podem ser obtidas receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões, qual seja o Conselho de Administração da Companhia, para alocação de recursos aos segmentos, para a avaliação do seu desempenho e, inclusive, na tomada de decisões estratégicas.

Todas as decisões tomadas pelo Conselho de Administração são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de geração de energia, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de geração de energia elétrica como passível de reporte.

32 Eventos subsequentes

Em 1º de abril de 2017, foi negociada com a parte relacionada Kalista Energia S.A. a venda de 49% do capital social detido na controlada Omega Comercializadora de Energia Ltda. O preço de aquisição foi definido com base no patrimônio líquido na data de 31 de março de 2017, no valor de R\$1.955, com liquidação financeira a ocorrer em até dois anos.